

Discutindo Gênero, processos de inclusão e Direitos Humanos com cinema.

ISMAEL, ELIANA. Universidade Federal de Pernambuco. Email: elianaismael@hotmail.com

DUARTE, ANA. Universidade Federal de Pernambuco. Email: familliaduarte@uol.com.br

RESUMO:

As desigualdades de acesso e os produtos educacionais atuais são focos de atenção de pesquisadoras/es e educadoras/es ao longo da nossa história, porém, apenas na década de 90 são tratados explicitamente em nosso país, a exemplo da publicação dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (documento do Minist. De Educação do Brasil, 1998). Na Região agreste do estado de Pernambuco, onde se situa a Universidade que desenvolve o trabalho aqui proposto, temos uma realidade de desigualdades extremas e quadros de exclusão alarmantes. Aqui se situam atualmente 11 dos 13 municípios de menor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de Pernambuco. Baseadas neste contexto social, realizamos uma ação extensionista apoiada pela UFPE- Universidade Federal de Pernambuco e pela Secretaria da Mulher do Município de Caruaru-PE, na qual atividades quinzenais na forma de oficinas são executadas. Nestas elaboramos grupos de discussões, atualização conceitual e prática acerca do conceito de gênero, dos processos de inclusão social e dos direitos humanos. Nas oficinas são apresentados vídeos documentários e outros filmes longa metragem, além de realizarmos atividades em grupos; ao todo são realizadas 6 oficinas temáticas, cada uma com um eixo de conteúdo diferente, perfazendo um total de 12 encontros ao ano. O público alvo é constituído por estudantes da UFPE e de docentes da rede Municipal de ensino de Caruaru. No início e ao final dos trabalhos são feitos levantamentos de

opiniões na forma de entrevistas, através das quais analisamos o alcance da proposta deste trabalho com os/as participantes e avaliamos as próximas intervenções a serem realizadas. Especificamente debatemos as crenças e estereótipos, base de concepções e ações preconceituosas que envolvem as práticas educativas, voltadas à educação fundamental. Com estas práticas criamos espaços de reflexão e mudanças de atitudes que propiciam processos educativos mais justos, baseados na sensibilidade e conhecimento voltados à pluralidade de universos culturais e valores ampliados, além da compreensão crítica sobre a construção das diferenças e desigualdades humanas.

Discutindo Gênero, processos de inclusão e Direitos Humanos com cinema.

Introdução:

O Respeito aos direitos humanos, como conduta básica para as ações educativas no Brasil, vem se desenvolvendo há muitos anos. A Declaração Universal dos direitos Humanos-DUDH publicada pela ONU -Organização das Nações Unidas em 1948, é a base inicial das reflexões apresentadas nos documentos de orientação do MEC – Ministério da educação e cultura, os quais defendem o direito à educação em seus diversos níveis, contemplando liberdades fundamentais à uma sociedade democrática. Seguido a esta importante declaração, inúmeras conferências mundiais ocorridas daquele período até os anos recentes, tornaram-se os focos de inspiração para o planejamento da educação em nosso país, no sentido de estabelecer compromissos entre estado e população atendida bem como de orientar as ações desenvolvidas nas instituições de educação do ensino básico até o nível superior. A esse respeito os PCNs-Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação,

documento oficial do MEC que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional incluiu no currículo oficial da rede de ensino, desde a década de 90, a obrigatoriedade de discussões temáticas tais como: História e cultura afrobrasileira, Plano de políticas para as mulheres, programas contra a homofobia e outras discriminações, além de processos de inclusão social, entre outros, todos com propostas de valorização plena dos direitos humanos, da educação inclusiva e da revisão de tratamentos curriculares discriminatórios.

Nesse sentido, muitos avanços têm ocorrido em nosso país. O trabalho aqui apresenta um relatório das atividades de projeto de extensão em andamento na UFPE/ CAA neste ano, cujo objetivo se pauta na desconstrução das idéias acerca das diferenças e desigualdades no currículo, da diversidade cultural, da educação inclusiva e da valorização dos direitos humanos mais plenamente. Propomos discutir essas questões a partir da crítica ao etnocentrismo curricular (concepção firmada na valorização do eurocentrismo, do masculino, da origem branca, cristã e heterossexual) e das análises do fracasso escolar e exclusão social de grupos minoritários (Carvalho e Ismael, 2008).

Especificamente aqui na Região agreste de Pernambuco, onde se realizam as ações temos uma realidade de desigualdades extremas e quadros de exclusão alarmantes. Nesta área do estado estão concentrados 11 dos 13 municípios de menor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de Pernambuco (Ismael e Felix, 2010). Assim, nossas ações nesse projeto visam proporcionar aos/as participantes maior criticidade na leitura dessa realidade e, a ampliação de atitudes baseadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Consideramos que as relações e práticas escolares contribuem significativamente, para a reprodução das desigualdades sociais, desde atitudes mais sutis de

distinção e hierarquização de sexo ou gênero, até atitudes ostensivas de exclusão dirigidas à pessoas cujas identidades de gênero de raça ou capacidade intelectual são minoritárias, ou distanciadas dos “padrões de normalidade”. Em seus discursos, é comum observamos entre educadores/as valores tradicionais e fundamentados em práticas excludentes. Outras/os, mais abertos/as apresentam valores inclusivos de aceitação das diversidade humanas e de respeito à equidade de gênero e até, vontade de aperfeiçoar suas práticas profissionais. Assim, todas as atividades desse projeto se voltam: à promoção de discussões sobre dicotomias e assimetrias dirigidas à estudantes nas práticas pedagógicas, as expectativas de docentes em relação ao desempenho escolar de alunos/as associados ao gênero, classe social ou origens étnicas, bem como à ampliação da visão das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais no cotidiano da sala de aula.

Fundamentação Teórica:

O gênero por ser um conceito formado a partir de contextos históricos, culturais e sociais, torna os comportamentos masculinos e femininos percebidos diferentemente. Ressaltamos aqui sua função de constituir-se como princípio elementar das organizações sociais além de contribuir na construção de papéis atribuídos a homens e mulheres, isto é, influencia as expectativas que criamos e as formas como lidamos com o outro gênero. Este conceito admite analisar e entender que as diversas desigualdades existentes, sejam estas sociais, econômicas ou políticas, próprias das relações entre homens e mulheres, não são resultantes apenas das diferenças físicas ou psicológicas. Tais desigualdades e diferenças objetivas e subjetivas, são criadas a partir das relações sociais. É justamente nesta dinâmica que se constroem a história e a cultura de uma

sociedade. Podemos ainda apontar que grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam são determinados pelas noções que se tem de gênero, por exemplo: as restrições ao acesso à vida política, ao trabalho, à liberdade nas mais diversas formas de expressão, bem como suas “responsabilidades” quanto a educação das crianças, suas expressões de sexualidade, todas estas vinculam-se à sua condição de gênero e não à sua condição biológica de sexo.

A tentativa de estruturar um novo quadro para esta realidade, demanda esforços diversos, visto que são necessários outros valores, crenças e atitudes acerca do significado de “ser masculino e ser feminino”, de modo a desconstruir os paradigmas estabelecidos e as relações de poder que os constitui. Uma via de acesso possível à mudança desta realidade é o respeito às diferenças, estabelecendo uma melhor forma de convivência entre as pessoas.

Encontramos na literatura várias críticas dirigidas aos docentes sobre o “poder de educar” individual e, coletivamente com outros/as colegas. É necessário que educadores/as se “apoderem” enquanto indivíduos, isto é, desenvolvam suas próprias habilidades de decisão, voz e ação, a auto-suficiência e a visibilidade pública, condição para conquista da força coletiva. No caso das mulheres, a consciência da discriminação de gênero facilita a mudança na auto-imagem e nos sentimentos de inferioridade e impotência nas crenças sobre direitos e capacidades, promovendo a autonomia individual e a solidariedade. O aumento da autoconfiança, a abertura para as mudanças e ação para promovê-las são, assim, inseparáveis (GOUVEIA, ISMAEL e CAMINO, 2008).

A prática educativa baseada na igualdade de oportunidades de gênero é um processo contínuo. Perpassa por atitudes diversas, que giram desde a disposição física da sala, à seleção do material didático pedagógico (visual, escrito, etc.), à linguagem utilizada

por todos/as até a elaboração dos planos e atividades curriculares e extracurriculares (CARVALHO e ISMAEL, 2008).

Nesse sentido a proposta de igualdade de oportunidades na educação requer que se ofereçam condições iguais a meninos e meninas a fim de que se desenvolvam como seres humanos flexíveis, versáteis, etc. É importante que o/a educador/a esteja atento ao desenvolvimento completo de meninos e meninas, este esforço poderá contribuir na formação de adultos que posteriormente trabalharão com outras crianças; Pequenas mudanças têm, muitas vezes, efeito expansivo (USP, 1996). O exercício da equidade requer mais do que ofertas de oportunidades iguais. É preciso tanto evitar a discriminação negativa quanto praticar a discriminação positiva:

- **Discriminar negativamente** é censurar e/ou punir meninos ou meninas (de modo direto ou indireto, irônico ou jocoso) quando estes/as exibem comportamentos supostamente inadequados ao seu sexo.

- **Discriminar positivamente** é oferecer oportunidades a meninas e meninos, compensando suas supostas deficiências, isto é, desenvolvendo habilidades em relação às quais aparentemente não manifestam aptidão ou preferência: p.ex., contrariando certas crenças sem base científica, reforçar meninas ao estudo da matemática e práticas esportivas, ao exercício de liderança e representação de grupos ou conselhos; reforçar meninos à prática de redação e artes, etc.

Tais propostas requerem expectativas idênticas tanto em relação aos meninos quanto às meninas, questionamento de estereótipos, aceitação e flexibilidade de padrões de comportamento e tolerância de diferenças entre indivíduos em geral. É importante ressaltar que estas práticas estão plenamente de acordo com as indicações

propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que sugerem crítica ao material didático quanto às mensagens preconceituosas e estereótipos ligados ao gênero, como por exemplo, a representação de homens na esfera pública e das mulheres na esfera doméstica. Também salienta a necessidade de trabalhar as relações de gênero nas diversas situações do convívio escolar: relações professor ou professora e alunos e alunas na sala, em grupos, etc. Portanto, dos/as educadores/as de um modo geral, espera-se um olhar e um ouvido atentos ao dia-a-dia, evitando assim, discriminações negativas, reforço a estereótipos, desrespeito às diferenças individuais, às opções sexuais, e outros tipos de diversidades humanas.

As conclusões que podemos tirar dos estudos sobre o preconceito social nos levam a acreditar que, muitas vezes, os processos de discriminação das minorias sociais podem ser atenuados através da promoção de debates e da criação de espaços de comunicação. Ao mesmo tempo, podem mostrar que a atitude de reserva diante de minorias em geral, muitas vezes, pode estar mais relacionada à desinformação do que à intransigência. Portanto, ao se promover a difusão de informações através de debates estamos promovendo a tolerância diante de modos de vida que refletem pontos de vistas diferentes, mas não necessariamente excludentes.

É preciso que desde a educação infantil, se pratique com crianças e se mantenha com os/as jovens e adultos, a cultura do respeito pelas diversidades sexuais e sociais, como uma característica intrínseca da espécie humana. É neste sentido que se faz necessário um fomento das políticas educacionais dirigidas ao combate de todas as formas de preconceito e ao respeito às diferenças, sejam elas físicas, mentais, culturais, étnicas, sexuais, etc. Ações neste sentido são essenciais para construir futuras gerações que convivam de forma pacífica e saudável,

formando uma sociedade que já, atualmente, vive uma cultura globalizada e diversificada, na qual os conflitos entre as diferenças devem ser superados pela supremacia dos direitos humanos e pela harmonia social e ambiental

Caminho metodológico e avaliações dos/as participantes:

As atividades desenvolvidas ao longo deste projeto são baseadas em estratégias metodológicas realizadas em encontros quinzenais, constituídos por oficinas temáticas nas quais exibimos vídeos documentários, seguidos de dinâmicas de discussão do tema, focados em diferentes objetos considerados relevantes para a desconstrução de crenças e ações discriminatórias dirigidas a estudantes no cotidiano escolar. Iniciadas em março/11, até momento já foram realizadas 3 das 6 oficinas previstas, cada uma com duração de 8 horas mensais. Em todos os encontros é entregue um texto, o qual servirá de base da discussão com os grupos. Em cada encontro abordamos uma temática específica como segue abaixo:

1- Representação de Portador/a de necessidade especial:

A oficina se constitui de uma atividade dinâmica nomeada “Rótulo”, com objetivo de tratar as diversidades de grupos humanos. Seguiram com a apresentação do vídeo “sempre amigos” com vistas ao reconhecimento e valorização das diferenças. O debate posterior se deu sobre as incapacidades de lidar com as diferenças e competências de pessoas portadoras de necessidades especiais.

2- Noção dos D.humanos e o ECA- Estatuto da criança e do adolescente:

Nesta oficina se exibiu um vídeo curta-metragem sobre o ECA – Estatuto da criança e do adolescente, seguido de

uma discussão com o público sobre suas percepções a respeito do tema apresentado. Dando sequência ao trabalho, os/as participantes se dividiram em sub-grupos, nos quais foram expostas as concepções de cada um e a socialização de impressões com vistas a cristalizar idéias e ações de respeito e valorização das regras estabelecidas no ECA, conforme indicado nos referenciais curriculares nacionais.

3- Sentidos e corporeidade humanas:

A partir da referência do paradigma do corpo sadio, foi proposto uma vivência com objetivo de construção de novos referenciais a partir das experiências com os sentidos humanos. Os/as participantes têm oportunidade de experimentar diversas possibilidades de percepção de seu corpo a partir do toque, degustação, respiração entre outras vias de nossas percepções. A ação seguiu com a audiência de vídeo sobre o tema, debate e exposição dialogada.

4 - Percepções de gênero e expressões da sexualidade:

Esta oficina ainda será realizada e se constituirá de apresentação de 'curta-metragem 'Daphne e Rafael' seguido de discussão focada nas expectativas dos/as participantes e os papéis masculinos e femininos apresentados no cotidiano da sala de aula e as formas de tratamento dedicadas à essas expressões. A atividade será finalizada com uma dinâmica de grupo voltada ao tema tratado, com vistas a fortalecer atitudes de respeito e criação de oportunidades iguais para alunos/as.

5 - Diversidades e discriminação na escola:

Esta oficina ainda será realizada. Se baseará no enfoque da psicologia, com vistas a desconstrução de concepções preconceituosas de expressões de sexualidade e papéis de gênero por crianças na sala de aula. Serão feitas

atividades a partir da exibição de vídeo pedagógico “A caminho de casa”, seguido de jogos dinâmicos em que se priorize o fortalecimento de atitudes equânime para garotos e garotas.

6- Leitura de competência e capacidades cognitivas de estudantes:

Esta oficina ainda será realizada. Focada em referenciais da psicologia do desenvolvimento e social, será abordado a valorização das capacidades do aprender e a retirada do foco do fracasso de estudantes no cotidiano das aulas. Especialmente se trabalhará o conceito da teoria das Inteligências Múltiplas a partir de vídeo documentário do autor da teoria com jogos dinâmicos.

Como acompanhamento e compreensão dos avanços quanto aos temas tratados pelos/as participantes, realizamos antes da execução da primeira oficina, a aplicação de um roteiro de entrevista estruturada, no qual questionamos sobre suas crenças/attitudes e possibilidades de mudanças das mesmas, acerca dos temas tratados. Ao final da realização da última oficina, pretendemos reaplicar a entrevista com o acréscimo de questões sobre suas mudanças de expectativas e attitudes em relação aos mesmos temas tratados.

Todo o processo tem a participação de docentes da rede municipal da cidade de Caruaru, estado de Pernambuco e, estudantes de graduação do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. As oficinas são realizadas por vários docentes da mesma instituição, oriundos de vários cursos da mesma universidade.

No momento estamos analisando os dados levantados na primeira entrevista, realizada ao início da primeira oficina e dando sequência às oficinas que se seguirão até o mês de dezembro/11.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.
- CARVALHO, M., ISMAEL, E., MELO, R. Roteiros de Gênero: A Pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil. In: 31ª Reunião Anual da ANPEd. 2008, Caxambu.
- ISMAEL, E., FELIX, A.L. Uma experiência interinstitucional no agreste pernambucano: Programa Segundo Tempo:. Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes (UFCG). , v.16, p.187 - 193, 2010
- GOUVEIA, R.; ISMAEL, E. e CAMINO, L. Equidade de Gênero e Diversidade Sexual. In: Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. Gentle, I.; Zenaide, M.N. e Guimarães V. (Orgs.) . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. pg. 79-92
- USP. NEMGE/CECAE - Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e adolescência. Guia prático para educadores/as. usp. 1996